

# Assembléa Nacional Constituinte

ALMINO AFFONSO

Faz três meses que o MDB, reunido em Convenção Nacional, definiu-se pela campanha em prol da convocação de uma Assembléa Constituinte, com o objetivo de reordenar, democraticamente, o País. Talvez, para muitos, essa decisão haja soado como um disparate político. Se salta aos olhos a presença de um poder constituído, cuja solidez se expressa em sua capacidade de fazer e desfazer o quanto queira, como se há de devolver ao povo o poder constituinte, que lhe é originário? Sem dúvida, aí está o bustillo, como era habitual dizer-se no linguajar corrente e tão castiço.

Ao longo de nossa vida republicana, três vezes foram convocadas Assembléas Constituintes. Sempre, no entanto, depois de profundas transformações políticas, no plano nacional ou no internacional. A primeira, sobre os escombros do Império, para organizar a República. Era o novo regime, que se havia implantado pela espada de Deodoro, em busca da legitimidade que só o povo lhe podia dar. A segunda, em 1934, depois que ruiu a República Velha e a Revolução Constitucionalista de São Paulo, com enorme bravura, reclamou a institucionalização do País. A terceira, ao término da II Grande Guerra Mundial, quando os pracinhas voltaram dos campos da Itália, onde lutaram e morreram, onde, sobretudo, se sagraram heróis em defesa dos ideais democráticos. A analogia, talvez, não nos ajude muito. A disparidade com a situação atual é evidente. De todo modo, pelo apego ao gosto histórico, eu diria que, em cada um dos episódios referidos, há ensinamentos que merecem ser lembrados e refletidos.

Podem-se indagar se, na especificidade dos dias que correm, há algo que aconselhe a convocação de uma Assembléa Constituinte. Eu respondo pela afirmativa, sem rodeios e sem matizes. Basta o fôssco, que se interpõe entre a nação e o regime, para que se justifique, sem tardança, que o povo seja chamado a exercer o poder constituinte. Não é valado, insisto, é fôssco. E é previsível que se aprofunde ainda mais, cavocado pela insatisfação refreada, pelo ressentimento surdo, pela frustração calada. O descompromisso real, entre a cidadania e as instituições vigentes, pode levar-nos a um impasse dramático. E não faz sentido que, à maneira das tragédias gregas, saibamos o que o destino nos reserva e não retifiquemos o caminho.

Os céticos arguem à ineficácia da campanha pela Assembléa Constituinte. A que título o regime se despojará, sem que nem mais, de seus poderes? A prevalecer essa alegação, nada teríamos a fazer. Nem no atacado, nem no varejo. Porém, o próprio Governo disse ao País, há poucos dias, que estão dadas as condições para cogitar-se da supressão das leis de exceção, dentre as quais se destaca o conhecido AI-5. Sei bem o quanto é pobre, em termos de ação, o significado do verbo cogitar. Esgola-se na reflexão. Mas por que teremos que ser mais realistas do que o rei? Se o regime, ele próprio, imagina adequado suprimir as leis do arbítrio, por que não podemos nós ir além da cogitação? A campanha pela convocação da Assembléa Constituinte começa agora e não tem prazo para findar. Digamos que ela é um percurso. Em sua globalidade estratégica, ela incorpora as próximas eleições e as transcende. Todas as lutas que se travem, necessariamente, convergem para ela. Na presente situação nacional, ela é um melo e é um fim: Independente, portanto, dos percalços e das ciladas.

O desdém dos pragmáticos se funda no argumento de que da elaboração da Lei Maior não resultará, por si mesma, solução alguma para os problemas que nos assobram. Déficit da balança de pagamentos, concentração da renda, salário achatado, tudo há de resolver-se no plano da administração, a partir de uma nova política econômica e social. Pura vesgule. A relação entre esses problemas e a democracia é bem mais direta do que possa, à primeira vista, parecer. Pois são todos eminentemente políticos e como tais, na vivência das liberdades democráticas, sujeitos à pressão dos diversos interesses sociais.

De qualquer forma, ninguém está em busca de uma panacéia. Afora o fim precipuo de uma Assembléa Constituinte (reorganizar, constitucionalmente, o País), a campanha, em seu favor, se justifica como uma forma de mobilização política. Através dela se logrará incorporar ao debate nacional, em toda a dimensão e em termos

imediatos, as grandes maiorias populares. Porque, no rebojo da discussão, ela será a caixa da ressonância de todos os problemas sociais, entrelaçados em suas relações de causa e efeito. Como fazer a proeza de democratizar o País à revelia do povo? A nova institucionalidade (repita-se até a exaustão) será mirrada ou forte, conforme seja a participação popular em seu processo de instauração. Porque a democracia não é flor de estufa. Ela reclama esbanjamentos de sol e chuva, a céu aberto. A Assembléa Constituinte, vista por esse prisma, antes de vir a ser o fórum onde se redefinirá a ordem constitucional, há de cumprir uma função pedagógica na reaprendizagem política das grandes massas. E isso é de importância fundamental em um país em que a esmagadora maioria dos cidadãos (dos que têm hoje entre dezoito e trinta e quatro anos!) jamais elegeu um presidente da República.

Ainda há uma terceira objeção, a que mais me espanta, que se apresenta com uma postura de esquerda. Para que a Assembléa Constituinte, se tudo redundará no engodo das leis burguesas? Para que acenar com a democracia, manipulando aspirações do povo, se o sistema social tem a sua lógica repressiva e há de manter-se o mesmo? Obviamente, ninguém imagina uma revolução socialista brotando, como por encanto, de uma Assembléa Constituinte. Nem os que a apoiamos, a partir de um claro compromisso popular. Nem o MDB, em sua predominante visão liberal.

Mas separemos o joio do trigo. Uma coisa é um regime autoritário, onde o cerceamento das liberdades públicas torna impossível qualquer tipo de participação popular autônoma. E outra, bem diversa, é um regime constitucional, que delimita os poderes dos governantes e assegura, formalmente, as liberdades democráticas e os direitos individuais. E nem tudo, historicamente, são liberdades burguesas. A liberdade sindical, para dar um só exemplo, não faz parte do ideário burguês. Ela se forjou na luta das massas e não foram poucos os trabalhadores que morreram, na história, de todos os povos, para fincá-la como uma conquista democrática. É importante ter claro que a democracia, como hoje a concebemos, é patrimônio também das classes populares. Enfim, por algo deve ser que os grandes empresários, aqui e alhures, podem conviver com os regimes de exceção. Mas não sei em que termos os trabalhadores, poderiam fazê-lo, privados em sua liberdade de defender o próprio pão de cada dia.

E hora de puxar o bridão e refrear o galope. Tanto me entusiasmo com a tese, que corro o risco de cair na fantasia. Que a Assembléa Constituinte, é o modo mais adequado, o mais abrangente, de reordenar o País, não me cabe dúvida.

Quem, no entanto, porá os guizos no gato? O MDB, que propôs a campanha, acaso tem meios institucionais para fazê-lo? Todos sabemos que não. Salvo que logre um movimento de opinião pública (que se enraíze nas massas populares), de tal forma que a Assembléa Constituinte se torne a saída natural para gregos e troianos. Mas, para conseguí-lo, não basta a campanha genérica, difusa, declaratória. Urge vincular cada um dos problemas humanos e sociais, dos mais agudos aos mais simples, à solução democrática que a Assembléa Constituinte propicia. Urge demonstrar o quanto o dia-a-dia da vida, em todos os seus flâmes, é dependente da realidade política. Urge converter essa temática no centro dos debates, de maneira direta e orgânica, com os trabalhadores, com as donas de casa, com os estudantes, com os funcionários públicos, com todos, em toda parte, todos os dias.

Não é tarefa simples, bem sei. Sobretudo, porque ainda nos faltam os requisitos elementares para a mobilização popular. Como a liberdade de reunião e a salvaguarda do habeas corpus, para citar apenas dois. Tudo se enlaça, uma coisa condicionada à outra.

Tudo é movediço, inseguro. E, apesar de tudo, as perspectivas se rasgam à nossa frente. É um momento fascinante o que estamos vivendo. Logrará o MDB estar à altura do mandato que tem nas mãos? Tenho um amigo que costuma dizer, com muita graça e enorme sabedoria: quem manqueja de sua influência, cedo tardará.

Almino Alvares Affonso é advogado, parlamentar, ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social, ex-professor da Pontifícia Universidade Católica do Chile e atuou junto à Organização Internacional do Trabalho (organismo vinculado à ONU).

FOLHA DE SÃO PAULO

16 DEZ 1977

FOLHA DE SÃO PAULO  
16 DEZ 1977